

RESPOSTAS AOS RECURSOS CONTRA O GABARITO PRELIMINAR DE CURURUPU-MA

LÍNGUA PORTUGUESA - PROFESSOR

Questão 05: Recurso Indeferido

O recorrente defende que a resposta seja justamente a que foi divulgada como correta no gabarito preliminar.

Questão 08: Recurso Indeferido

A alternativa B é a correta, pois representa um exemplo de intertextualidade implícita. A intertextualidade implícita ocorre quando há uma referência indireta a outra obra, sem uma citação ou menção explícita. Nesse caso, a descrição de um ambiente que sugere a atmosfera de um romance famoso, mas sem mencionar o nome da obra, cria uma relação sutil entre os textos. Essa referência indireta permite que o leitor capte a conexão com a obra original de forma interpretativa, baseada em características reconhecíveis, como o estilo ou o clima descrito.

Questão 09: Recurso Indeferido

A alternativa D é a correta, pois exemplifica o uso adequado da norma padrão (cult) da língua. Nesta frase, a construção com pronome oblíquo átono ("entregaram-me") está corretamente posicionada antes do objeto direto ("os trabalhos") e dentro das regras gramaticais formais. A colocação do pronome é aceitável na norma culta, e a frase não contém erros ortográficos ou de concordância.

Questão 11: Recurso Indeferido

A alternativa D é a correta, pois o adjunto adnominal exerce a função de modificar o substantivo, acrescentando-lhe uma característica. Na frase "A casa azul foi vendida ontem", o termo "azul" é um adjunto adnominal que está modificando o substantivo "casa", especificando uma característica dessa casa. O adjunto adnominal tem a função de qualificar, quantificar, ou determinar um substantivo, e não age diretamente sobre o verbo nem sofre ou pratica ações.

Questão 0G: Recurso Indeferido

A alternativa A é a correta, pois caracteriza melhor a polifonia em um texto. A polifonia, conceito desenvolvido por Mikhail Bakhtin, refere-se à presença de múltiplas vozes sociais, culturais ou ideológicas dentro de um texto, onde diferentes perspectivas são apresentadas e convivem de maneira simultânea. Essas vozes nem sempre se alinham, gerando um diálogo entre diferentes pontos de vista, o que é mediado ou articulado pelo narrador, mas sem anular a autonomia dessas vozes. A alternativa B não está correta, embora se aproxime da ideia de polifonia, a ausência de "interferência do autor" não é essencial, pois o narrador ou autor pode mediar ou organizar essas vozes sem invalidar a polifonia.

Questão 10: Recurso **Deferido** para anulação da questão. A questão terminou por ter DUAS respostas corretas.

Questão 13: Recurso Indeferido

A alternativa B é a correta, pois a palavra "chave" assume um valor conotativo. Na frase, "chave" não se refere ao objeto físico utilizado para abrir algo, mas sim a um conceito abstrato que indica um fator fundamental ou essencial para alcançar o sucesso. Esse uso figurado confere um sentido conotativo à palavra, pois ultrapassa seu significado literal (ou denotativo).

Questão 15: Recurso **Deferido** para mudança de gabarito para **alternativa B**

A alternativa (b) Descontrolado é a correta. Na frase, "energúmeno" é usada para descrever uma pessoa de comportamento impulsivo ou fora de controle, característica que se aproxima do sentido de alguém "descontrolado" ou "desvairado". Na linguagem coloquial, "energúmeno" frequentemente se refere a alguém agindo de forma irracional, exagerada ou sem autocontrole. A alternativa (a) "desconhecido não" corresponde ao significado de "energúmeno". A alternativa "c) Desdenhoso" refere-se a alguém que age com desprezo, o que não é o sentido de "energúmeno". A alternativa "d) Destemido" significa alguém que não tem medo, mas também não corresponde ao significado de "energúmeno".

Questão 07: Recurso Indeferido

Alternativa “b) A inclusão de diversas vozes na formulação das políticas” é, na verdade, uma prática recomendada e positiva mencionada no texto. O texto destaca que a participação social na formulação das políticas públicas é crucial, pois garante que as necessidades de diferentes grupos sociais

sejam atendidas de maneira justa e eficaz. Ao incluir diversas vozes, é possível criar políticas mais representativas e adaptadas à realidade local. Portanto, a inclusão de diversas vozes é uma estratégia para aumentar a eficácia das políticas e não um fator que compromete sua eficácia.

Questão 11: Recurso Indeferido

No caso da alternativa D: A frase não apresenta nenhum uso figurado. Se alguém diz que o carro está “destruído”, está se referindo ao estado físico do veículo de forma direta e objetiva. Isso caracteriza o uso denotativo, e não conotativo. Portanto, a alternativa d está incorreta porque não usa a palavra “destruído” de forma figurada, mas sim literal.

Questão 13: Recurso Indeferido

A palavra “transformação” realmente não é formada por prefixação, mas sim por derivação por sufixação. Vamos detalhar isso para esclarecer.

“Transformação”:

Radical: “transform-” Sufixo: “-ação”

No caso de “transformação”, o processo envolvido é a derivação por sufixação, pois o sufixo “-ação” é adicionado ao radical “transform-” para formar um novo substantivo. Esse sufixo indica a ideia de ação ou efeito de transformar. A prefixação acontece quando um prefixo (como “in-” em imortal ou “des-” em desempregado) é colocado no início de uma palavra para mudar seu significado. No caso de “transformação”, não há um prefixo, e sim a adição de um sufixo para formar um substantivo que indica o resultado ou efeito da ação. Portanto, a alternativa a), que diz que “transformação” é formada por prefixação, está incorreta. A formação correta é por sufixação, como mencionado.

Quanto a alternativa A: Sim, a palavra “imortal” tem um sufixo, mas o que a caracteriza principalmente é o prefixo. Vamos detalhar a formação da palavra “imortal”:

Prefixo: “in-” (que significa não ou sem)

Radical: "mortal" (relacionado à ideia de ser sujeito à morte)

Sufixo: Não há sufixo na palavra "imortal". O radical "mortal" já é uma palavra completa.

Portanto, a palavra "imortal" é formada por prefixação, já que o prefixo "in-" é adicionado à palavra "mortal" para formar o antônimo de "mortal", ou seja, "imortal", que significa não sujeito à morte. A confusão pode ocorrer porque a palavra "mortal" contém o sufixo "-al", que é um sufixo de adjetivo, mas "imortal" não contém um novo sufixo ao ser formada, apenas o prefixo "in-". Por isso, a formação de "imortal" é considerada prefixação, e não sufixação.

Questão 14: Recurso Indeferido

A alternativa correta é "a) Ela me deu um presente. (Pronome oblíquo átono funcionando como complemento do verbo). O pronome oblíquo átono "me" está funcionando como complemento direto do verbo "deu". O verbo "dar" é um verbo transitivo direto, ou seja, ele exige um objeto direto para completar seu sentido, que no caso é o pronome "me", que representa o complemento de quem recebe a ação.

Questão 15: Recurso Deferido para mudança de gabarito para alternativa D

A alternativa correta é: d) "Você fazia a tarefa quando eu cheguei." A conjugação verbal "fazia" está no pretérito imperfeito, que é usado para expressar uma ação que estava acontecendo no passado de forma contínua, habitual ou em andamento.

LÍNGUA PORTUGUESA - FUNDAMENTAL

Questão 06: Recurso Indeferido

A principal preocupação expressa no texto em relação ao uso excessivo de redes sociais é: (a) O impacto na qualidade do sono e na saúde física. No texto, é destacado que o uso excessivo de redes sociais, especialmente até tarde da noite, pode interferir no ritmo circadiano das pessoas, prejudicando a qualidade do sono devido à luz azul emitida pelas telas. Além disso, a interrupção do sono pode levar a problemas de saúde física, como fadiga crônica e dificuldades de concentração. Este é um dos principais problemas mencionados, logo, a alternativa a) é a mais correta. As outras alternativas abordam pontos mencionados no texto, mas de forma secundária. A sobrecarga de informações (alternativa c) e a dificuldade de encontrar grupos de apoio (alternativa d) são citadas, mas o impacto no sono é destacado com maior ênfase.

Questão 10: Recurso Deferido para mudança de gabarito para alternativa C

A estratégia sugerida no texto para mitigar os efeitos negativos do uso das redes sociais é: (c) Encontrar um equilíbrio saudável no uso das redes sociais. O texto enfatiza que, para reduzir os impactos negativos, é importante que os indivíduos busquem um equilíbrio saudável no uso das redes sociais. Isso envolve estratégias como a limitação do tempo de tela, a prática de atividades offline e a conscientização sobre o

impacto emocional das redes sociais. A alternativa c) reflete exatamente essa abordagem equilibrada sugerida. As outras alternativas não correspondem à abordagem proposta no texto, uma vez que aumentam o uso das redes sociais ou sugerem o foco exclusivo nelas, o que não é recomendado.

Questão 13: Recurso **Deferido** para anulação da questão. Não resta alternativas corretas.

Questão 14: Recurso **Deferido** para anulação da questão. Não resta alternativas corretas.

RACIOCÍNIO LÓGICO (SUPERIOR PROFESSOR)

QUESTÃO 16: Recurso **DEFERIDO** para anulação da questão.

QUESTÃO 17: Recurso **INDEFERIDO**.

O princípio da **não contradição** em raciocínio lógico estabelece que duas afirmações contraditórias não podem ser verdadeiras ou falsas, uma delas é verdadeira enquanto a outra é falsa. Por exemplo, as duas afirmações seguintes não podem ser verdadeiras ao mesmo tempo: “X é Y” e “X não é Y”. Ou é ou não é.

FONTE: <https://blog.hexag.online/blog-noticias/logica-qualis-sao-os-tres-principios-basicos>

QUESTÃO 18: Recurso **INDEFERIDO**.

O candidato(a) não apresentou fundamentação adequada para análise.

QUESTÃO 1G: Recurso **INDEFERIDO**.

Lei de formação: $n^4 - 2$, com “n” iniciando em 1 para atender a sequência lógica:

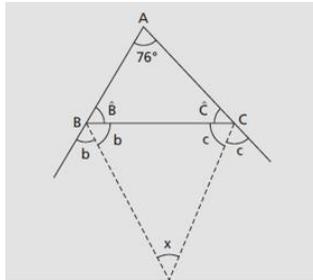
$$1^4 - 2 = -1$$

$$2^4 - 2$$

$$= 14$$

(...)

QUESTÃO 25: Recurso INDEFERIDO.



Realizando alguns cálculos chegaremos em $(x + b + c) = 180^\circ \gg x + 128^\circ = 180^\circ \gg x = 52^\circ$.

QUESTÃO 37: Recurso DEFERIDO alteração do gabarito para C.

QUESTÃO 39: Recurso DEFERIDO alteração do gabarito para B.

QUESTÃO 40: Recurso DEFERIDO alteração do gabarito para C.

PROFESSOR DE CIÊNCIAS

QUESTÃO 22: Recurso INDEFERIDO.

O recurso impetrado configura mero equívoco de observação do gabarito preliminar por parte do candidato(a).

QUESTÃO 37: Recurso **DEFERIDO** alteração do gabarito para C.

QUESTÃO 39: Recurso **DEFERIDO** alteração do gabarito para B.

QUESTÃO 40: Recurso **DEFERIDO** alteração do gabarito para C

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

QUESTÃO 37: Recurso **DEFERIDO** alteração do gabarito para C.

QUESTÃO 39: Recurso **DEFERIDO** alteração do gabarito para B.

QUESTÃO 40: Recurso **DEFERIDO** alteração do gabarito para C.

PROFESSOR DE HISTÓRIA

QUESTÃO 37: Recurso **DEFERIDO** alteração do gabarito para C.

QUESTÃO 39: Recurso **DEFERIDO** alteração do gabarito para B.

QUESTÃO 40: Recurso **DEFERIDO** alteração do gabarito para C.

SECRETÁRIO EXECUTIVO DE CONSELHO

QUESTÃO 18: Recurso **INDEFERIDO**.

Ao agrupar documentos por departamento e, dentro de cada departamento, organizá-los por ano e tipo de documento, o funcionário está utilizando um sistema de gerenciamento de informações que segue uma hierarquia de dados baseada em categorização lógica. Essa abordagem visa estruturar os dados de maneira que facilite a localização e o acesso às informações de forma eficiente.

QUESTÃO 37: Recurso **INDEFERIDO**.

De acordo com a Lei Orgânica do Município de Cururupu, um Vereador não pode exercer funções que envolvam contratos ou favores com entidades públicas do município, nem patrocinar causas que envolvam essas entidades. Isso visa evitar conflitos de interesse e garantir a imparcialidade e a integridade no exercício do cargo público.

QUESTÃO 39: Recurso **INDEFERIDO**.

Desde 1960 até 2007, o município de Cururupu manteve sua configuração territorial como um único distrito sede. Não houve divisão em vários distritos ou incorporação de novas áreas urbanas e rurais que resultassem em mais distritos durante esse período. Além disso, a sede do município nunca foi transferida para Bacuri.

AGENTE ADMINISTRATIVO

QUESTÃO 39: Recurso INDEFERIDO.

Desde 1960 até 2007, o município de Cururupu manteve sua configuração territorial como um único distrito sede. Não houve divisão em vários distritos ou incorporação de novas áreas urbanas e rurais que resultassem em mais distritos durante esse período. Além disso, a sede do município nunca foi transferida para Bacuri.

AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS

QUESTÃO 33: Recurso INDEFERIDO.

Em hipótese algumas o item IV relata que o fato gerador do imposto sobre a renda é **SOMENTE** a obtenção de rendimentos ou lucros. Na realidade o presente item simplesmente afirma que o fato gerador do imposto sobre a renda é a obtenção de rendimentos ou lucros, o que verdadeiramente a torna correta, com base na legislação que o próprio impetrante citou em seu requerimento.

QUESTÃO 38: Recurso INDEFERIDO.

De acordo com a Lei Orgânica do Município de Cururupu, as emendas à Lei Orgânica precisam ser discutidas e votadas em dois turnos, e a aprovação de uma emenda exige três quintos dos votos dos membros da Câmara Municipal em ambos os turnos de votação. Além disso, a Lei Orgânica não pode ser emendada durante o estado de sítio ou intervenção municipal, o que está em conformidade com as disposições constitucionais e normativas sobre o funcionamento dos municípios em situações excepcionais.

QUESTÃO 39: Recurso INDEFERIDO.

Recurso sem fundamentação.

QUESTÃO 36: Recurso **DEFERIDO** para anulação da questão.

MONITOR DE TRANSPORTE ESCOLAR

QUESTÃO 36: Recurso **DEFERIDO** para alteração do gabarito de A para C.

TÉCNICO ELETRICISTA

QUESTÃO 36: Recurso **DEFERIDO** para alteração do gabarito de A para D.

MATEMÁTICA BÁSICA (NÍVEL FUNDAMENTAL)

QUESTÃO 17: Recurso **INDEFERIDO**.

O recurso impetrado configura mero equívoco de observação do gabarito preliminar por parte do candidato(a).

QUESTÃO 1G: Recurso **DEFERIDO** para anulação da questão.

ENFERMEIRO

QUESTÃO 21: Recurso **DEFERIDO** para anulação da questão.

FISIOTERAPEUTA

QUESTÃO 22: O recurso impetrado configura mero equívoco de observação do gabarito preliminar por parte do candidato(a).

QUESTÃO 23: Recurso **DEFERIDO** para alteração do gabarito de D para C.

QUESTÃO 24: O recurso impetrado configura mero equívoco de observação do gabarito preliminar por parte do candidato(a).

QUESTÃO 26: Recurso **DEFERIDO** para alteração do gabarito de C para A.

ODONTÓLOGO

QUESTÃO 21: Recurso **DEFERIDO** para anulação da questão.

QUESTÃO 22: Recurso **DEFERIDO** para anulação da questão.

QUESTÃO 23: Recurso **DEFERIDO** para anulação da questão.

QUESTÃO 30: Recurso **DEFERIDO** para anulação da questão.

QUESTÃO 31: Recurso **DEFERIDO** para anulação da questão.

TÉCNICO DE ENFERMAGEM

QUESTÃO 24: Recurso **DEFERIDO** para anulação da questão.

QUESTÃO 26: Recurso **DEFERIDO** para anulação da questão.

QUESTÃO 28: Recurso **INDEFERIDA**. A alternativa d) De hora em hora é a mais correta, pois em pacientes críticos recomenda-se a monitorização dos sinais vitais de forma contínua ou com frequência mínima de hora em hora. Pacientes críticos apresentam condições instáveis e qualquer mudança nos sinais vitais pode indicar piora clínica ou necessidade de intervenção imediata.

Justificativa:

Pacientes em estado crítico requerem monitoramento constante para a detecção rápida de alterações hemodinâmicas, respiratórias e neurológicas. Em muitos protocolos de atendimento em unidades de terapia intensiva (UTIs), a frequência recomendada para a verificação dos sinais vitais é a cada hora, ou mesmo de forma contínua com monitores específicos. Isso permite que a equipe de saúde possa reagir rapidamente às alterações clínicas, aumentando a segurança e reduzindo o risco de complicações.

Outras alternativas:

- a) A cada 24 horas: Esse intervalo é utilizado para pacientes estáveis, que não apresentam risco iminente de deterioração clínica, e é inadequado para pacientes críticos.
- b) A cada 12 horas: Frequência insuficiente para pacientes críticos, pois muitas alterações podem ocorrer nesse intervalo.
- c) A cada 6 horas: Também é insuficiente para o monitoramento de pacientes críticos, pois intervalos mais longos podem resultar em atraso no reconhecimento de alterações agudas.

PSICÓLOGO

Questão 33: Recurso **DEFERIDO** alteração do gabarito para A.

Questão 39: Recurso INDEFERIDO.

A origem do nome "Cururupu" está relacionada a uma lenda popular que diz que o nome foi formado pela junção do apelido do cacique indígena Cabelo de Velha (Cururu) e do som da arma que o matou (pu), resultando em "Cururupu". Esta versão é amplamente aceita e faz parte da história local de Cururupu, no Maranhão.

Questão 40: Recurso INDEFERIDO.

Cururupu foi inicialmente criado como distrito pela Lei Provincial n.º 13, de 8 de maio de 1835, subordinado ao município de Guimarães. Posteriormente, foi elevado à categoria de município pela Lei Provincial n.º 120, de 3 de outubro de 1841, desmembrando-se de Guimarães. A elevação de Cururupu à condição de cidade ocorreu pela Lei Estadual n.º 893, de 9 de março de 1920.

ASSESSOR JURÍDICO

Questão 30: Recurso Indeferido

A alternativa c está correta porque: O STF tem competência originária para julgar ações diretas de inconstitucionalidade (ADIs), que são processos que questionam a constitucionalidade de leis ou atos normativos. O STF é responsável pelo julgamento de recursos extraordinários, que envolvem a interpretação da Constituição. Ele exerce a função de guardião da Constituição, sendo o órgão que assegura a supremacia da Constituição sobre as demais normas e atos do poder público.

PROFESSOR ANOS INICIAIS (1ª A 5ª SÉRIE)

Questão 21: Recurso **Deferido** para mudança de gabarito para **alternativa A**

A alternativa A) Entrevista é mais adequada quando se fala de um gênero oral usado nas práticas de linguagem dos Anos Iniciais, uma vez que esse formato está diretamente relacionado à troca de informações faladas, que é o foco da questão.

Questão 26: Recurso **Indeferido**

A alternativa correta é: Construtivismo. O paradigma construtivista prioriza a aprendizagem centrada no aluno, considerando-o como o principal sujeito do processo educativo. Nesse modelo, o aluno é visto como ativo na construção de seu próprio conhecimento, interagindo com o conteúdo e com o ambiente de aprendizado, em vez de ser apenas um receptor passivo de informações. O papel do professor, nesse contexto, é o de mediador e facilitador, criando condições para que o aluno construa seu conhecimento de forma significativa. Tradicionalismo: Este paradigma prioriza a transmissão de conhecimento pelo professor, com foco em métodos mais rígidos e, muitas vezes, em ensino de conteúdos de forma linear e memorística, sendo centrado no professor e não no aluno. Tecnicismo: O tecnicismo foca em métodos pedagógicos baseados em eficiência e objetivos de aprendizagem bem definidos, mas muitas vezes sem levar em consideração o desenvolvimento crítico e reflexivo do aluno. Escolanovismo: O escolanovismo, embora também busque uma maior participação do aluno, é mais relacionado a métodos e práticas pedagógicas que incentivam atividades práticas e experimentações, mas nem sempre com a mesma ênfase no papel ativo do aluno como o construtivismo.

PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA

Questão 30: Recurso **Indeferido**

A coesão textual refere-se à maneira como os elementos de um texto são articulados para garantir sua unidade e fluidez. Isso envolve a ligação adequada entre palavras, frases e parágrafos, utilizando diversos recursos linguísticos, como pronomes, conjunções e outros conectivos, para que o texto tenha um encadeamento lógico e compreensível. A coesão é um aspecto essencial para a clareza e para a compreensão do texto como um todo. Alternativa A Relação lógica entre as ideias: Isso está mais relacionado à coerência textual, que trata da lógica e da consistência das ideias em um texto, mas não se refere diretamente à coesão, que se foca mais nas ligações entre as partes do texto. Alternativa B: Organização correta das palavras em frases: Isso se refere à sintaxe, que trata da disposição das palavras nas frases, mas não envolve a articulação entre as partes do texto, como é o caso da coesão textual. Alternativa C: Encadeamento harmônico de palavras em um texto: Embora a coesão envolva o

encadeamento de palavras, a alternativa D é mais completa ao englobar não apenas as palavras, mas também frases e parágrafos, essenciais para a unidade do texto.

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

Questão 22: Recurso Indeferido

A Lei nº 11.350/2006 regulamenta a profissão de Agente Comunitário de Saúde (ACS) e estabelece as diretrizes para a organização e atuação dessa profissão no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Ela também define as atribuições dos agentes comunitários e estabelece requisitos para o ingresso na profissão. As outras alternativas não se referem à regulamentação específica da profissão de Agente Comunitário de Saúde: Lei nº 10.507/2002: Trata da regulamentação das profissões de Técnico de Nível Médio, mas não da profissão de Agente Comunitário de Saúde. Decreto nº 3.189/1999: Estabelece normas para a organização do Sistema Único de Saúde, mas não trata da regulamentação da profissão de Agente Comunitário de Saúde. C) Lei nº 8.080/1990: Regula o SUS e os serviços de saúde no Brasil, mas não trata especificamente da regulamentação da profissão de Agente Comunitário de Saúde.

Questão 34: Recurso Indeferido

A alternativa correta é C. A Política Nacional de Educação Popular em Saúde tem como base a promoção de práticas educativas que valorizam a participação ativa das comunidades, respeitando e incorporando a cultura popular. Ela busca ampliar o acesso à informação e a conscientização sobre saúde, promovendo a educação em saúde de maneira mais próxima e acolhedora para a população, com foco no cuidado coletivo e na prevenção. A educação popular em saúde, portanto, não se restringe a técnicas tradicionais de ensino, mas também envolve a cultura e as vivências locais. As demais alternativas são incorretas porque:

- A) Diretrizes para o ensino formal em escolas de saúde: A Política Nacional de Educação Popular em Saúde não está limitada ao ensino formal em escolas, mas sim ao processo educativo que envolve a comunidade de maneira mais ampla.
- B) Métodos tradicionais de educação médica e hospitalar: A educação popular em saúde se distancia dos métodos tradicionais e hospitalares, focando em abordagens mais comunitárias e participativas.
- D) Exclusivamente técnicas de diagnóstico e tratamento**: A política não é centrada em técnicas de diagnóstico e tratamento, mas na educação, prevenção e promoção da saúde.

Questão 36: Recurso **Deferido** para mudança de gabarito para **alternativa A**

A alternativa correta é: A regulamentação e a formação dos Agentes Comunitários de Saúde. A Lei nº 10.507/2002 estabelece as normas que regulamentam a profissão de Agente Comunitário de Saúde (ACS) no Brasil. Ela trata da formação, das atribuições e da organização do

trabalho desses profissionais no Sistema Único de Saúde (SUS), que têm um papel fundamental na promoção da saúde, prevenção de doenças e acompanhamento das condições de saúde das comunidades.

AGENTE DE PROTEÇÃO FISCAL

Questão 32: Recurso **Deferido** para mudança de gabarito para **alternativa A**

A alternativa correta é: (A) Estabelece penas e medidas de proteção para infrações ambientais, incluindo multas e sanções administrativas. A Lei nº 9.605/1998, conhecida como Lei de Crimes Ambientais, trata da proteção do meio ambiente e das penalidades aplicáveis a quem comete infrações ambientais. Ela estabelece tanto penas criminais (como prisão ou multa) quanto medidas administrativas, como a aplicação de multas e outras sanções, visando prevenir e punir os danos ao meio ambiente. A lei é ampla e abrange diversas questões ambientais, incluindo a poluição, o desmatamento e a proteção da fauna e flora.

GUARDA MUNICIPAL

Questão 21: Recurso **Deferido** para anulação da questão. A questão terminou por ter DUAS respostas corretas.

Questão 2G: Recurso **Deferido** para anulação da questão. A questão terminou por ter DUAS respostas corretas.

Questão 31: Recurso **Indeferido**

A alternativa correta é: a) A responsabilidade civil da Administração Pública é objetiva, ou seja, independe de culpa. No direito administrativo brasileiro, a responsabilidade civil da Administração Pública é objetiva. Isso significa que a Administração Pública pode ser responsabilizada por danos causados a terceiros independentemente da comprovação de culpa. O fundamento dessa responsabilidade está no princípio do risco administrativo, segundo o qual o Estado deve responder pelos danos que seus agentes causam a indivíduos, mesmo que não tenha havido intenção ou erro no ato praticado. B: A Administração Pública não pode ser responsabilizada por danos causados a terceiros: Incorreta. A Administração Pública pode ser responsabilizada pelos danos que causar a terceiros, conforme a teoria da responsabilidade objetiva. C: A responsabilidade civil da Administração Pública é subjetiva e depende de comprovação de culpa: Incorreta. A responsabilidade da Administração Pública é objetiva, não subjetiva. Ou seja, não depende da comprovação de culpa. D: Apenas os servidores públicos podem ser responsabilizados por atos administrativos danosos: Incorreta. A responsabilidade pode recair sobre a Administração

Pública diretamente, e não apenas sobre os servidores. A Administração Pública pode ser responsabilizada por danos causados por seus atos ou omissões, independentemente da atuação do servidor. O servidor, no entanto, pode responder pessoalmente em caso de dolo ou erro grosseiro.

Questão 33: Recurso Indeferido

O crime de condescendência criminosa é a omissão de ação por parte de autoridades diante de infrações: Incorreta. O crime de condescendência criminosa ocorre quando uma autoridade deixa de tomar as devidas providências, ou seja, se omite em relação a crimes de menor potencial ofensivo praticados por subordinados. No entanto, não se trata apenas de uma omissão diante de infrações, mas de uma ação de não agir conforme sua obrigação legal.

Questão 36: Recurso Deferido para anulação da questão. Não restou alternativas corretas.

Questão 37: Recurso INDEFERIDO.

De acordo com a Lei Orgânica do Município de Cururupu, um Vereador não pode exercer funções que envolvam contratos ou favores com entidades públicas do município, nem patrocinar causas que envolvam essas entidades. Isso visa evitar conflitos de interesse e garantir a imparcialidade e a integridade no exercício do cargo público.